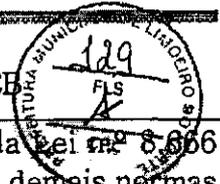


EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 2019.2703-004 SEMEB



Regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 (com as alterações da Lei n.º 8.883/94 e da Lei n.º 9.648/98) e demais normas pertinentes à matéria.

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PARA REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, MERCADORIAS E GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DO DECORRENTE ANO DE 2019, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL.

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte - Ceara, através da sua Comissão Permanente de Licitações e Pregoes, nomeada através da Portaria 143/2017 modificada pela 194/2017, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo previstos, abrirá licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, MENOR PREÇO POR ITEM, pelo sistema de REGISTRO DE PREÇOS, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar 123/06 atualizada, e subsidiariamente, no que couber a Lei 8.666/93 e alterações, sob a condução do pregoeiro oficial, ou pregoeiro substituto, em caso de impossibilidade do titular, nos termos que segue.

Compõem-se o presente Edital as partes "A" - CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO e "B" - ANEXOS, conforme a seguir apresentadas:

1. PARTICIPAÇÃO, LOCAL, DATA E HORA

1.1- Poderá participar da presente licitação qualquer pessoa jurídica localizada em todas as Unidades da Federação, cadastradas ou não na Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte - Ceara, desde que atenda a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação.

1.2. A sessão pública será realizada no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia 17/04/2019 com início às 08h30min, horário de Brasília -DF

1.3. Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.2 até as 08h29min (horário de Brasília-DF) do dia da licitação, através do site acima citado.



1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Município, de menor preço por item, tendo por finalidade a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, MERCADORIAS E GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DO DECORRENTE ANO DE 2019, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE e especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. CONDIÇÃO IMPLÍCITA: A simples apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos bens e as condições de participação, competição, julgamento, formalização do contrato, normas e condições para entrega de mercadorias, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente às Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93, alterada e consolidada

3.2. Para participar do presente pregão eletrônico, a empresa deverá estar devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3. Como requisito indispensável para participação no pregão, o licitante deverá em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.4. A empresa, participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.5 - PARA OS ITENS 4, 5 E 20:

3.5.1 - Qualquer empresa do território nacional, enquadrada ou não na condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), visto que a estimativa da contratação supera o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos das alterações promovidas na Lei Complementar nº 123/06 através da Lei Complementar nº 147/14.

3.6 - PARA OS ITENS 1,2,3,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18 e 19:

3.6.1 Empresas que estejam enquadradas na condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), por se tratarem itens exclusivos para participação destas, tendo em vista que a estimativa da contratação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos das alterações promovidas na Lei Complementar nº 123/06 através da Lei Complementar nº 147/14.

3.6.2 - DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATORIA DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



3.6.2.1- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para ter o tratamento diferenciado previsto na lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, deverão apresentar Declaração de Enquadramento da ME ou EPP juntamente com Certidão expedida pela Junta Comercial do domicílio sede da ou Receita Federal, comprovando seu enquadramento na condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso. A certidão quando emitida pela Junta Comercial, poderá ser Certidão Simplificada e/ou Certidão Específica, expedida em data não superior a 30 (trinta) dias da data marcada para abertura da licitação, em que conste seu enquadramento como tal.

3.6.2.2. Não será aceito como comprovação de enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte declaração expedida pelo próprio concorrente, se não acompanhada por qualquer dos documentos descritos no item 3.6.2.1.

3.6.2.3. A documentação exigida no item 3.6.2 deverá estar acondicionado junto aos documentos de habilitação do licitante.

3.6.2.4. As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que não apresentarem os documentos constantes no item 3.6.2 e subitens deste Edital, conforme o caso, estarão, independente de condição, abrindo mão do tratamento diferenciado lhes concedida pela Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006 e alterações posteriores, e portanto, somente poderão participar da disputa nos lotes que não sejam exclusivos para ME ou EPP.

3.7. A aplicação da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006 e alterações posteriores será realizada ao teor da referida lei independente de sua transcrição a este instrumento, prevalecendo a citada norma quando conflitante com este edital.

3.8 - RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.8.1- Não poderá participar do certame a empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

3.8.2- Não poderá participar empresa com falência decretada;

3.8.3- Não será admitida a participação de interessados sob forma de consórcio ou grupo de empresas;

3.8.4- Quando um dos sócios, representante, administrador, responsável técnico ou diretor de qualquer das Licitantes participar de mais de uma empresa, somente uma delas poderá participar do certame licitatório;

3.8.5 - Detectado a situação prevista no item 3.8.4, serão sumariamente desclassificadas sumariamente todas as concorrentes envolvidas.

3.8.6 - Seja qual for a situação, não isentará os licitantes, seus representantes e o responsável técnico das penalidades cabíveis, inclusive penais.

3.8.7 - É vedado ao(s) Servidor(es) dos órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, do presente processo licitatório.

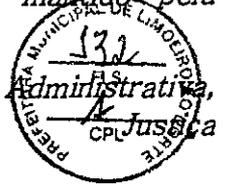
3.9 - CONDIÇÕES IMPEDITIVAS PARA HOMOLOGAÇÃO.



3.9.1 - O Pregoeiro do município e sua equipe poderá, a seu critério, no ato da contratação, recomendar a não homologação do certame à licitantes que estejam inclusas em eventual descumprimento das condições de licitar e/ou contratar com o poder público, em especial, quanto à existência de sanção imposta em qualquer dos seguintes cadastros:

- *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);*

- *Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de* *de* *(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).*



3.9.1.1 - Qualquer licitante poderá, caso queira, requerer a consulta descrita no item 3.9.1 de qualquer dos concorrente, caso em que, constatada a aplicação de penalidades, será a apenas imediatamente desclassificada em qualquer das fases da licitação.

3.9.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário e/ou administradores (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário ou administrador.

3.9.3 - Constatada a existência da vedação de que trata o item 3.9.1, o Pregoeiro reputará ao interessado sua condição impeditiva e o eliminará do certame em qualquer das fases do mesmo, dando continuidade com a homologação aos demais concorrentes remanescentes em ordem de classificação.

3.10 - LICITANTES INADIMPLENTES QUANTO A EXECUÇÕES CONTRATUAIS JUNTO AO MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CEARA.

3.10.1 - Caso o licitante esteja inadimplente para com o município por qualquer fato de inexecução de contrato, seja ela total ou parcial, ficará impedida de contratar com o município.

3.10.1.1 - Para comprovar sua adimplência quanto a execução de contratos o licitante deverá comprovar tal situação a qual será feita exclusivamente mediante apresentação de Certidão de Adimplência Contratual emitida pelo Setor de Compras do município a qual deverá ser solicitada junto ao referido setor até 48 (quarenta e oito) horas uteis antes da data prevista para realização da licitação.

3.10.1.2 - A solicitação da certidão de adimplência contratual poderá ser feita na forma presencial através de requerimento, e/ou através de e-mail por qualquer dos correios eletrônicos: pmln.compras@gmail.com ou compras@limoeirodonorte.ce.gov.br, e deverá esta condicionada junto aos documentos de habilitação do concorrente.

3.11 - Será assegurado aos apenados (itens 3.9.1 e 3.10) o direito a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 48(quarenta e oito) horas após a adjudicação do mesmo, feita por escrito acompanhada dos documentos que achar necessário e protocolada junto a Comissão de Licitação do Município de Limoeiro do Norte - Ceara.

4. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO



4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Limoeiro do Norte/CE, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total, por item e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.2.

5.1.1. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.2. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3.1. Cabe exclusivamente ao licitante, após a sessão pública de lances o acompanhamento e manifestação quanto aos atos posteriores referentes à negociação e julgamento das propostas; habilitação; adjudicação e homologação, como também a interposição de recursos e o seu julgamento, referentes ao processo licitatório, sendo o acesso obrigatório pelo www.portaldecompraspublicas.com.br sob pena de preclusão do direito de manifestação do licitante.

5.3.2. As publicações dos atos oficiais se efetivarão pelo endereço eletrônico: www.tce.ce.gov.br - Portal de Licitações dos Municípios.

5.4. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no Anexo I deste Edital serão desconsideradas.

5.5. Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais (após a vírgula);

b) fabricante/marca do objeto ofertado, consoante exigências editalícias;



c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: O preço e despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

e) Os produtos ofertados deverão ser de qualidade e atenderem aos padrões exigidos pelo Mercado.

5.6. Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6. ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1. O Pregoeiro, através do sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

7. FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITARIO DE CADA ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.4.1. Em nenhuma hipótese será aceito pedido de desclassificação de lances após o fechamento do item ou o fechamento da sessão.

7.4.2. Caso haja erro de digitação, este deverá ser informado imediatamente, por telefone, ao pregoeiro.

7.4.3. Não serão aceitos e-mails e pedidos posteriores ao fechamento, de desclassificação de propostas ou lances.

7.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

7.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada no mesmo dia, sendo facultado ao pregoeiro a prorrogação mediante aviso pelo sistema. Após o que transcorrerá período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.8. Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.8.1. A negociação dos itens que apresentarem valor acima do valor de referência será iniciada pelo pregoeiro imediatamente após o término da sessão.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

8.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.3. Havendo conveniência da Administração, poderão ser solicitados, a qualquer tempo, testes e análises dos produtos entregues junto a Administração, cujas despesas correrão por conta do licitante.

8.3.1. O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo pregoeiro, estará sujeito a desclassificação do item proposto.

8.4. Propostas acima do valor de referência serão desclassificadas na análise de aceitabilidade das propostas.

9. HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Documento oficial de identidade;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato Constitutivo, Estatuto Social, Contrato Social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado - www.receita.fazenda.gov.br.

f) Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - www.caixa.gov.br;



g) Certidão Negativa de Débito que prove a regularidade relativa a Seguridade Social (INSS);

g.1) O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência a partir de 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN;

h) Prova de Inscrição no Cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

i) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT-www.tst.gov.br;

k) Certidão Negativa de Falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

l) Certificado da Vigilância Sanitária Estadual, ou Municipal se houver, de comprovação junto à mesma de instalações compatíveis com produto que o licitante se propõe a fornecer (art. 30, IV da lei 8.666/93 c/c art. 11, parágrafo 6º, III da Resolução FNDE/CD/Nº 38/04).

9.2. Outros documentos que deverão ser apresentados como obrigatório juntamente com os demais de habilitação por todos os licitantes que forem vencedores:

Obs.: As declarações em anexo são apenas modelo, as quais deverão ser confeccionadas com timbre próprio da empresa ou carimbo com CNPJ.

a) Declaração que atende ao Inciso VII, Art. 4º, da Lei Nº 10.520/2002, conforme modelo do Anexo II do Edital;

b) Declaração nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo III do Edital;

c) Declaração de inexistência de fatos impeditivos, conforme modelo do Anexo IV do Edital;

d) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente ao objeto da licitação mediante atestado fornecido por no mínimo 02(dois) órgãos públicos ou privados, com identificação de quem assina os atestados;

9.3. Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta vencedora ajustada ao lance, serão encaminhados ao Pregoeiro, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo de até 03 (três) dias úteis após a Sessão, prorrogável por igual prazo à critério da Administração;

9.4. A critério do Pregoeiro, esse prazo poderá ser prorrogado.

10. IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente feitos pessoalmente, horário 08:00h às 12:00h no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte -CE.

10.1.1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

10.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

11.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, ou que não forem entregues pessoalmente.

11.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12. DA HOMOLOGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1. A homologação, em favor da licitante adjudicada nesta licitação, será feita pela Secretária Municipal da Educação Básica (SEMEB), Sra. Maria de Fátima Holanda dos Santos Silva após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio.

12.2. Findado o processo, o Município de Limoeiro do Norte/CE convocará a licitante vencedora, que terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data da convocação, para assinar o termo de contrato, de acordo com a minuta que constitui o anexo deste Edital.



12.3. A empresa convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegada justo motivo, condicionado o atendimento do requerido à aceitação pelo Município de Limoeiro do Norte/CE, por meio do Setor de Licitações.

12.4. Transcorrido o prazo sem que o contrato seja assinado, o Município de Limoeiro do Norte/Ce, poderá, a seu critério, convocar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para assinar contrato em idêntico prazo e nas mesmas condições negociadas com a licitante vencedora, inclusive quanto ao preço atualizado, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste edital.

12.5. Havendo recusa injustificada por parte da licitante vencedora quando da assinatura do contrato, o Município de Limoeiro do Norte/CE, poderá aplicar multa à empresa no valor equivalente a 10% (dez por cento) calculado sobre o valor anual estimado da contratação sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei nº. 8.666/93.

13. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

13.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato a ser assinado, em conformidade com a proposta e com as descrições apresentadas neste Termo de Referência.

13.2. Logo após do final desta licitação, as entregas deverão ocorrer em 05 (cinco) dias de forma parcelada, no endereço e horário constante no cronograma anexado no edital.

13.3. Os licitantes vencedores deverão, obrigatoriamente, entregar amostras de TODOS os itens vencidos, no prazo estipulado pela Secretaria Municipal de Educação Básica - SEMEB.

13.4. As amostras enviadas pelos licitantes deverão constar os prazos de validade dos produtos a que se referem e devem seguir todos os padrões estabelecidos neste edital, especialmente as contidas no Termo de Referência - Anexo I deste.

13.5. A avaliação das amostras deverá ser feita por nutricionista responsável técnico acompanhado de membro do Conselho de Alimentação Escolar/CAE no Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE), se assim algum(ns) representante(s) do CAE quiser(em).

13.6. Os licitantes vencedores deverão entregar os produtos no depósito do Programa Municipal de Alimentação Escolar de Limoeiro do Norte/CE, situado na Rua Inácio Mendes, s/n, bairro Centro, Limoeiro do Norte/CE, CEP: 62.930-000, no horário de 07:00 h às 12:00 h de segunda-feira a sexta-feira, obedecendo, impreterivelmente o prazo indicado pela Secretaria Municipal de Educação Básica - SEMEB.

13.7. Os produtos fornecidos deverão estar com amplo prazo de validade no momento da entrega.

13.8. Membros do conselho de alimentação escolar (CAE) do município de Limoeiro do Norte/CE poderão participar da licitação para fazerem uma análise sensorial das amostras referentes aos produtos cotados.

13.10. Para os itens de números 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 os licitantes vencedores deverão atender às seguintes exigências:

A) Constar na embalagem do produto: datas de fabricação e validade, nome/marca/peso líquido, carimbo SIF do estabelecimento do produtor, informação nutricional;

B) A embalagem deve estar íntegra, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos e sem sujidades;

C) Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação ou deterioração;

13.11. A programação e entrega nas datas específicas é de inteira responsabilidade dos fornecedores, assim que os mesmos estiverem de posse dos cronogramas e deverão disponibilizar recibos que constem a assinatura do recebedor nas unidades escolares.

13.12. Os fornecedores ficam com a responsabilidade de trocar os produtos fornecidos por outros de mesma categoria e adequados ao consumo quando, dentro do prazo de validade, os mesmos tornarem-se impróprios para consumo, com presença de parasitos, sujidades ou fora dos padrões exigidos neste edital.

13.13. Os fornecedores deverão entregar os produtos no PMAE com o prazo máximo de uma semana após a data da emissão da ordem de compra, sob pena de multa.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3 fraudar na execução do contrato;

14.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5 cometer fraude fiscal;

14.1.6 não manter a proposta.

14.2 Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com o Município, nos termos do art.7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

14.2.1 Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

14.2.2 Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

14.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.3.1- advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

14.3.2- multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;



14.3.3- em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

14.3.4 - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

14.3.5 - multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.3.6 - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.3.7 - suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

14.3.8 - impedimento de licitar e contratar com o Município, com o consequente descredenciamento, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

14.3.9 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida até a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

14.4 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.4.1 - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2 - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3 - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema.

15. RESCISÃO

15.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de dotação orçamentária a ser fornecida pela Diretoria de Contabilidade na época da entrega dos objetos.

17. PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, objeto desta licitação, em 30 (trinta) dias, a contar da apresentação e aprovação da competente Nota Fiscal, acompanhados das correspondentes requisições.

17.2. O pagamento pelos objetos da presente licitação será efetuado por depósito bancário ou transferência.

17.3. Na nota fiscal, além dos dados de praxe, também deverá constar o nº do processo, nº do pregão, NUMERO DA CONTA, AGÊNCIA E CONTA para pagamento, as seguintes informações:

Razão social: Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 2121 - Centro.

Limoeiro do Norte/CE -62.9300

CNPJ: 07.891.674/0001-72

17.4. Em caso de devolução da nota fiscal/fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

17.5. Havendo atraso no pagamento, será procedido a título de inadimplência o pagamento de 1% (um por cento) ao mês de juros.

17.6. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.8. Na hipótese de reajustamento de preços, previsto em lei, o pagamento será feito através de duas faturas, sendo uma referente ao preço inicial e a outra referente ao valor do ajustamento.

17.9. Em se tratando de recursos oriundos de Convênios celebrados entre o Município e a União e/ou Estado, as medições/emissão de notas de empenho e pagamentos serão realizados na conformidade do Convênio e consequente liberação dos recursos pelo conveniente.

18. DAS RESPONSABILIDADES

18.1. Da Contratada:

a) Cumprir fielmente, os compromissos avençados, de forma que os produtos sejam entregues com esmero e perfeição e solucionar os problemas que porventura venham surgir;

b) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

c) Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação





comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante toda a entrega dos objetos desta licitação;

- d) Não suspender a entrega dos objetos sem prévio aviso ao Município, nos termos do art. 78, XV da Lei Federal 8.666/93;
- e) A entrega dos objetos será realizada somente após a emissão da Ordem de fornecimento da Secretaria Municipal da Educação Básica (SEMEB) e os custos decorrentes correrão por conta da Licitante vencedora, tanto nas devoluções, bem como aqueles porventura advindos por quaisquer danos ou avarias causadas nos produtos.
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;
- g) Atender sempre que solicitada pela Contratante, a fim de receber e fornecer orçamentos, instruções e acertar providências, incidindo a CONTRATADA, no caso de não atendimento desta exigência, na multa estipulada neste contrato;
- h) Proceder os reparos, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Educação Básica, processando de acordo com a necessidade técnica, de todas as partes dos equipamentos, a fim de proporcionar aos mesmos um funcionamento eficiente, seguro e econômico;
- i) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato a ser assinado, em conformidade com a proposta e com as descrições apresentadas neste Termo de Referência.
- j) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e a sua proposta, assumindo como exclusivamente seu os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- k) efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- l) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- m) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- n) Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- m) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- n) Informar os dados bancários para o pagamento dos objetos fornecidos, devendo a conta corrente ser no CNPJ da empresa Contratada.

18.2. Da contratante:

- a) Aprovar a proposta que atenda as especificações de acordo com o exigido neste Termo de Referência;
- b) Prestar as informações e esclarecimentos que se fizerem necessários entrega dos objetos;

- c) Efetuar os pagamentos à Contratada pela entrega dos objetos da presente licitação na forma estabelecida neste Termo de Referência;
- d) Dar ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na entrega dos objetos;
- e) Autorizar o faturamento mensal que poderá variar de acordo com as necessidades da Secretaria.
- f) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura da empresa vencedora do certame licitatório 30 dias após a conclusão da entrega dos objetos.
- g) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus Anexos;
- h) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- i) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- j) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/ servidor especialmente designado;
- k) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- m) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata;
- n) A fiscalização e a gestão dos contratos gerados pelo certame estão definidos conforme Termo de Designação de Gestores e Fiscais de Contrato em anexo.



19. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

19.1. Ficam designados os servidores abaixo para acompanhamento/gestão e fiscalização do contrato gerado por meio deste procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1996 e demais normas pertinentes.

Gestor: Maria de Fátima Holanda dos Santos Silva - Matrícula: 120735-0

Fiscal: Damiana Silveira Costa - Matrícula: 10128-1

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Homologada a presente licitação, o Município de Oliveira, lavrará documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com os preços das propostas classificadas em primeiro lugar, devidamente registrados, antecedente ao contrato expectativa de fornecimento destinado a subsidiar o Sistema de Controle de Preços, o qual terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato.



20.2. A Ata de Registro de Preços será lavrada em 03(três) vias de igual teor e forma, devendo uma ser juntada ao processo que lhe deu origem e outras serão encaminhados aos setores de Contabilidade, Procuradoria, Controladoria, Secretaria Municipal de Educação Básica e outra entregue ao vencedor dos itens licitados.

20.3. A Ata de Registro de Preços terá validade não superior a 12 (doze) meses.

20.4. Lavrada a Ata de Registro de Preços respectiva, a licitante vencedora e a Prefeitura de Limoeiro do Norte/CE celebrarão Ata de expectativa de fornecimento, nos moldes da minuta constante do Anexo V deste Edital, quando assim a lei o exigir.

20.5. Em caso da licitante vencedora não assinar o contrato, no prazo estabelecido, reservar-se-á ao Município de Oliveira, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro colocado, inclusive quanto ao preço atualizado, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste edital.

20.6. Até a assinatura da ata, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte/CE tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

20.7. Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Prefeitura de Oliveira poderá convocar as licitantes remanescentes observadas à ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislações vigentes.

20.8. O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido a qualquer tempo independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

20.9. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada à documentação comprobatória que justifiquem quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito da Prefeitura de Oliveira e desde que não afete a boa execução do contrato.

20.10. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, autárquica e fundacional que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

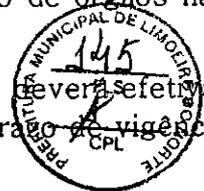
20.11. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

20.12. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

20.13. As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

20.14. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

20.15. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



21. DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS SOBRE REAJUSTES

21.1 NÃO SERÁ ADMITIDO REAJUSTE DE PREÇOS. Será admitido reequilíbrio econômico-financeiro, a critério da contratante, o qual deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

22-DO LOCAL ONDE PODERÁ SER ADQUIRIDO E/OU EXAMINADO O EDITAL

22.1 - A Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte/CE, fornecerá cópia deste edital a qualquer interessado através de seu site oficial <http://www.tce.ce.gov.br> - Portal de licitações dos municípios, e-mail: licitacoes@limoeirodonorte.ce.gov.br ou cópia física por meio do Setor de Licitações, situada na Rua Antônio Joaquim, 2121, Centro, de 08:00 às 12:00 horas, Limoeiro do Norte/CE, mediante requerimento e fornecimento de equipamento de memória portátil (CD-ROM ou PENDRIVE).

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

23.2. A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

23.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n.º 8.666/93.

23.4. Quaisquer dúvidas, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Limoeiro do Norte/CE, desde que arguidas em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da Sessão de julgamento, no endereço: Rua Antônio Joaquim, 2121, Centro, Setor de Licitações, Limoeiro do Norte/CE, e-mail: licitacoes@limoeirodonorte.ce.gov.br, telefones (88) 2142-0880, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

23.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.6. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

23.7. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte-CE, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

23.8. O Município de Limoeiro do Norte - CE se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Declaração que atende ao Inciso VII, Art. 10.520/2002

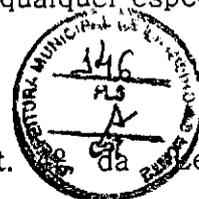
Anexo III - Modelo de Declaração nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

Anexo IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente

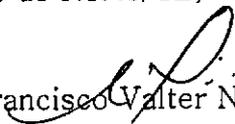
Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo VI - Modelo da Proposta de Preços

Anexo VII - Minuta de Contrato

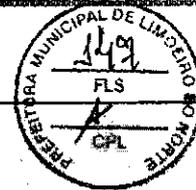


Limoeiro do Norte/CE, 29 de março de 2019


Francisco Valter Nogueira Lima

Pregoeiro


Maria De Fatima Holanda Dos Santos Silva
Ordenadora de Despesas da Educação



ANEXO I
 TERMO DE REFERÊNCIA
 PREGÃO Nº 2019.2703-004 SEMEB - ELETRÔNICO-SRP

1. OBJETO - A Secretaria Municipal de Educação Básica (SECSA), visando a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, MERCADORIAS E GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DO DECORRENTE ANO DE 2019.

2. JUSTIFICATIVA - Oferecer aos alunos da rede municipal de ensino merenda de qualidade, nutricionalmente completa e equilibrada, como cumprimento das determinações federais e municipais no que tange à alimentação infantil.

3. DOS ITENS

1	ALHO, com boa aparência, colhido ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujeira, parasitas e larvas e defeitos agrícolas.	400	KG
2	CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE, com boa aparência, acondicionada em embalagem plástica resistente, etiquetada com peso do produto. Sem presença de machucados ou raladuras.	4.300	KG
3	CEBOLA BRANCA TAMANHO MÉDIO, NOVA, DE 1ª QUALIDADE, com boa aparência, acondicionada em embalagem plástica resistente, etiquetada contendo o peso do produto. Sem presença de machucados.	4.300	KG
4	CARNA MOÍDA CONGELADA COXÃO DURO, SEM OSSO E COM BAIXO PERCENTUAL DE GORDURA (NO MÁXIMO 15%) NA SUA COMPOSIÇÃO. Máximo permitido de água é de 3% devendo ser obedecida a instrução normativa nº 83 de 21 de novembro de 2003 da secretaria de defesa agropecuária do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. O produto deve ser transportado em veículos de transporte com isolamento térmico e equipamentos de produção de frio respeitando as normas exigidas pela ANVISA. O produto deve estar de acordo com as características organolépticas próprias. Rotulagem de acordo com a legislação em vigor. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.	6.800	KG
5	PEITO DE FRANGO CONGELADO - PEITO DE FRANGO CONGELADO - com aspecto, cor e sabor próprios, sem manchas e parasitas, embalados em sacos plásticos	14.600	KG

	transparentes atóxicos, em pacotes de aproximadamente 01 kg cada, discriminado a identificação e a data de validade do produto. O produto deve ser transportado em veículos de transporte com isolamento térmico e equipamentos de produção de frio respeitando as normas exigidas pela ANVISA. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.		
6	AÇÚCAR CRISTAL - PACOTE DE 1 KG - açúcar cristal origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar (mínimo de 99,5%) livre de impurezas, insetos de micro-organismos ou outras impurezas que possam comprometer o consumo humano ou o armazenamento. Embalagem plástica, resistente e contendo, no mínimo o prazo de validade. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.	8.000	KG
7	ARROZ BRANCO - ARROZ BRANCO POLIDO, classe: longo fino, tipo 1 características organoléptica: aspecto grãos e cor: características e odor característico; o produto, após o preparo, conforme instruções da embalagem deverá apresentar-se com grãos inteiros e cozimento uniforme. Embalado em sacos de polipropileno, atóxico, transparente. o produto deve seguir as exigências da Lei Federal nº 9972/00. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.	12.900	KG
8	FARINHA DE MILHO 500 G, composição 100% milho, cor amarela, tipo "flocão", pre-cozida, isenta de resíduos, impurezas, bolor e odor não característico. Embalagem em polipropileno, atóxico, transparente contendo, impreterivelmente 500g a unidade. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.	16.800	PCT



9	<p>CURAU DE MILHO VERDE SABOR LEITE CONDENSADO COM COCO, mistura em pó para preparo de mingau. produto constituído dos seguintes ingredientes: farinha de milho pregelatinizada, enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar refinado, xarope de glucose, proteína láctea, aveia em flocos, leite em pó integral, soro de leite em pó, amido de milho, proteína de soja, óleo de palma, sal refinado, aroma natural de leite condensado. O produto deve seguir a legislação (RDC nº 273 de 22/09/05 - ANVISA a portaria nº 31 de 13/01/98). Embalagem primaria: poliéster metalizado laminado atóxico contendo 1000g (1KG) do produto. Embalagem secundaria: caixa de papelão fechada com fita adesiva contendo 10 kg. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.</p>		600 KG
10	<p>ACHOCOLATADO EM PÓ DE 1 KG EM PÓ COM FLOCOS DE CEREAIS: <u>ESPECIFICAÇÕES:</u> em pó, instantâneo, obtido pela mistura de cacau em pó, açúcar, maltodextrina e outros componentes que especificam do produto. Acondicionado em embalagem plásticas ou folhas de flandres, integra, resistentes e fechadas hermeticamente em embalagens de 1 kg de peso líquido, contendo todas as informações nutricionais, data de fabricação, numero do lote, registro e data de validade que atenda todas as especificações técnicas. Datas de validade e fabricação mínima 12 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 1 kg e fardo fechado com 12 pacotes.</p>		800 KG
11	<p>PROTEÍNA VEGETAL TEXTURIZADA 200 G - proteína vegetal texturizada. O produto devera ter como ingredientes básicos a proteína texturizadas de soja e o corante caramelo, apresentar um rendimento mínimo de 1:2 (um para dois), ou seja, uma medida desidratada rende duas hidratadas. Deve estar seco e solto no pacote, não apresentar insetos ou manchas no conteúdo. Apresentar certificado de analise do produto realizado pelo fabricante. O prazo de validade devera estar expresso na embalagem primaria. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.</p>		600 PCT
12	<p>COLORIFICO - produto obtido a partir do urucum, farinha de arroz e óleo vegetal sem adição de sal. Produto com aspecto de pó fino, cor alaranjada, odor e sabor próprio. Embalagem primaria: polietileno atóxico contendo 100g do produto. Entrega em fardos de 1kg (um quilograma) inviolados. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade</p>		700 KG



	contido na embalagem.		
13	OLEO DE SOJA REFINADO - óleo de soja refinado, 100% natural. Embalagem polietilênica atóxica de 900ml, não apresentando amassado, vazamentos ou abaulamento. O produto deve seguir as exigências da lei federal nº 9972/00, decreto nº 6268 de 21/11/07 que institui a classificação de produtos vegetais. Deverá se entregue certificado de classificação vegetal realizado por órgão credenciado junto ao MAPA juntamente com as amostras. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.	2.000	GRF
14	SAL REFINADO IODADO. <u>ESPECIFICAÇÕES:</u> O produto não deve apresentar sujidade e misturas inadequadas, umidade máxima permitida de 0,2%. Embalagem de polietileno transparente e atóxica, de 1kg (um quilograma) cada e registrado no órgão competente, rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.	1.000	KG
15	CALDO DE GALINHA EM PÓ. Preparado partir de matérias-primas sãs e de boa qualidade. Construído basicamente de carne de frango desidratada, liofilizada ou em pó, sal, amido de milho, gordura vegetal e condimentos podendo conter corante natural. Livre de matérias terrosas, parasitas, larvas e detritos de animais e vegetais. Contendo cada pacote 1kg (um quilograma). Validade mínima de 06 meses apos a entrega.	1.000	KG
16	BISCOITO CREAM CRACKER - biscoito crean cracker composto por farinha de trigo enriquecida com ferro e acido fólico (vit. b9) gordura vegetal, açúcar invertido, sal, amido, extrato de malte, fermento químico, aditivos alimentares. Embalagem primaria duplo saco de polietileno resistente de 400g. Embalagem secundaria: caixa de papelão vedada contendo 8kg. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.	4.400	PCT



17	<p>BISCOITO TIPO MARIA - composto de farinha d e trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit.b9) gordura vegetal, açúcar invertido, sal, amido, extrato de malte, fermento químico, aditivo alimentares. Apresentando estado físico e propriedades organolépticas adequadas, atendendo a legislação vigente (RDC nº 163 de 22/09/05 - ANVISA e portaria nº 31 de 13/01/98). Embalagem primaria: saco de polipropileno resistente de 400g. Embalagem secundaria: caixa de papelão vedada de 8kg. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.</p>	 <p>4.400</p>	PCT
18	<p>FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO 01 KG - farinha de trigo sem fermento - produto obtido pela moagem de grão de trigo de 1ª qualidade, desgerminado, devendo ser fabricada a partir de matéria primas limpas e isentas de terra e parasitas. Produto fino, branco, com umidade inferior a 12%. O produto deve atender a resolução nº 344 - 13/12/02 (fortificação de farinha com ferro e ácido fólico). Embalagem primaria em pacote de 01kg em embalagem plástica adequada a natureza do produto, contendo informação nutricionais por 100 gramas de acordo com a legislação vigente e registro no órgão competente. Acondicionamento em caixas ou fardos de ate 10kg. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.</p>	600	KG
19	<p>MACARRÃO TIPO ESPAGUETE 500G - macarrão tipo espaguete contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e semolina. Produto a base de farinha de trigo especial, pasteurizado, com umidade inferior a 13% livre de impurezas e micro-organismos que torne impróprio para o consumo. Não devesa apresentar bolor ou manchas. Embalagem em sacos de polipropileno, atóxico e contendo 500g em fardo de ate 5kg. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA e registro no órgão competente. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.</p>	20.000	PCT



20	<p>LEITE EM PÓ INTEGRAL DE PCT DE 500 GRAMAS - leite em pó enriquecido com as vitaminas A, C, D e E; vitaminas do complexo b (b1, b2, b6, b12, b9, b5 e PP). Acrescido de ferro, cobre, iodo, zinco, magnésio, manganês, com no mínimo 26 gramas de proteína para cada porção de 100 gramas em pacote de 500 gramas, não furadas, estufadas, invioladas, livres de impurezas, umidade e insetos que venham a comprometer o armazenamento e a saúde humana. Apresentar o registro do produto cotado emitido pelo serviço de inspeção federal do ministério da agricultura ou emitido pela secretaria de agricultura do Estado. Data de fabricação e validade expressas na embalagem. <u>Validade:</u> no mínimo 70% de prazo de validade restante na data da entrega, usando como parâmetro o prazo de validade contido na embalagem.</p>	 8.400 PCT
----	--	--

OBSERVAÇÕES:

1. Os licitantes vencedores (ADJUDICADOS) deverão, obrigatoriamente, entregar amostras de todos os itens por ele vencido(s), na data estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Limoeiro do Norte - Ceara.
 - 1.1 - As amostras serão entregues impreterivelmente mediante protocolo para conferencia por parte da contratante, tendo o protocolo obrigatoriamente que conter todas as informações exigíveis para a análise por parte do nutricionista do contratante.
 - 1.2. Os ADJUDICADOS deverão entregar os produtos (AMOSTRAS) no depósito do Programa Municipal de Alimentação Escolar de Limoeiro do Norte, situado na rua Inácio Mendes, s/n, bairro Centro, Limoeiro do Norte/CE, CEP: 62.930-000, no horário de 08 as 12:00 h de segunda-feira a sexta-feira, dentro do prazo estabelecido pela SEMEB.
2. As amostras enviadas pelos licitantes deverão constar os prazos de validade dos produtos a que se referem e devem seguir todos os padrões estabelecidos neste edital.
3. A avaliação das amostras deverá ser feita por nutricionista responsável técnico acompanhado de membros do Conselho de Alimentação Escolar/CAE no Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE), se assim algum(ns) representante(s) do CAE quiser(em).
4. Os licitantes vencedores deverão entregar os produtos (amostras) no depósito do Programa Municipal de Alimentação Escolar de Limoeiro do Norte, situado na rua Inácio Mendes, s/n, bairro Centro, Limoeiro do Norte/CE, CEP: 62.930-000, no horário de 08 as 12:00 h de segunda-feira a sexta-feira.
- 5 -Os produtos fornecidos deverão estar com amplo prazo de validade no momento da entrega, nos termos das especificações contidas neste termo de referência.
- 6 - Membros do conselho de alimentação escolar (CAE) do município de oliveira poderão participar da licitação para fazerem uma análise sensorial das amostras referentes aos produtos cotados

7 - Para os itens de números 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, os licitantes vencedores deverão atender às seguintes exigências:

- Constar na embalagem do produto: datas de fabricação e validade, nome/marca/peso líquido, carimbo SIF do estabelecimento do produtor, informação nutricional;
- A embalagem deve estar íntegra, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos e sem sujidades;
- Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;



8 - A programação e entrega nas datas específicas é de inteira responsabilidade dos fornecedores, assim que os mesmos estiverem de posse dos cronogramas e deverão disponibilizar recibos que constem a assinatura do recebedor nas unidades escolares.

9 - Os fornecedores ficam com a responsabilidade de trocar os produtos fornecidos por outros de mesma categoria e adequados ao consumo quando, dentro do prazo de validade, os mesmos tornarem-se impróprios para consumo, com presença de parasitos, sujidades ou fora dos padrões exigidos neste edital.

10 - Os fornecedores deverão entregar os produtos no Depósito da Merenda Escolar de Limoeiro do Norte/CE, nos prazos estabelecidos, na ordem de compra, sob pena de multa e demais penalidades.

2. PRAZO:

2.1 Os produtos deverão ser entregues mediante as quantidades contidas na ordem de compras, podendo ser solicitados de forma parcelada, conforme prescrição da Coordenação da Merenda Escolar.

3 -OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 -Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

3.2 -Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante todo o processo de aquisição;

3.3 - Atender integralmente todas as obrigações assumidas no termo contratual oriundo desta licitação.

4 - CONDIÇÕES PARA ENTREGA

4.1 - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato a ser assinado, em conformidade com a proposta e com as descrições apresentadas neste Termo de Referência.

5 -OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Será responsabilidade do representado pelos seus dirigentes e servidores prepostos ou representantes, para os efeitos desta aquisição:

5.1 -Aprovar a proposta que atenda as especificações de acordo com o exigido neste Termo de Referência;

5.2 -Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitada pelo fornecedor.

5.3 -Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura da empresa vencedora do certame licitatório 30 dias após a entrega dos produtos.

6-VALIDADE DA PROPOSTA

6.1 -Não inferior a 60 (sessenta) dias.

6.2 -Na proposta de preço deverá constar discriminação detalhada dos produtos, a quantidade solicitada, o valor unitário e total, prazo de vencimento da proposta, bem como o número da conta corrente, agência e nome do Banco do fornecedor.

7-PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos constantes deste Termo de Referência em até 30 dias a contar da apresentação e aprovação da Nota Fiscal nas quais deverão conter as seguintes informações:

Razão Social: Prefeitura de Limoeiro do Norte/CE

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 2121 - Bairro: Centro

Cidade: Limoeiro do Norte - CE - CEP: 62.930-000

CNPJ: 07.891.674/0001-72

8-FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento do fornecimento dos produtos ficarão a cargo da servidora Damiana Silveira da Costa.

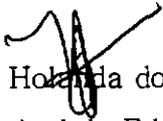
9-DO PROCESSO

Fica vedada a participação de Empresas ligadas a funcionários Públicos em Processos Licitatórios Municipais de acordo com a Lei 8.666/93 artigo 9º e suas alterações, bem como de pessoas físicas na mesma situação.

10-GESTÃO DE CONTRATO

Fica nomeado para gerir essa solicitação a servidora: Maria de Fátima Holanda dos Santos Silva - Secretária Municipal de Educação Básica.

Limoeiro do Norte/CE, 29 de março de 2019.


Maria de Fátima Holanda dos Santos Silva
Secretária Municipal de Educação Básica



ANEXO I
DO TERMO DE REFERÊNCIA
ENDEREÇO DAS ESCOLAS POR PROGRAMAS 2019



PNAE FUNDAMENTAL		
ORD	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO
1.	AABB	Rua José de Brito
2.	APAE	Av. Cel. Alexandrino
3.	E.E.F. Evaldo Holanda Maia	Rua Padre Vicente
4.	E.E.F. José Hamilton de Oliveira	Luiz Alves de Freitas
5.	E.E.F. Ministro Allysson Paullineli	Limoeiro Alto
6.	E.E.F. Padre Joaquim de Meneses	Av. Dom Aureliano Matos
7.	E.E.F. Prof. ^a Maria Elvanisa Moura	Bom Jesus II
8.	E.E.F. Prof. ^a Maria Gonçalves da Rocha Leal	Rua Célio Santiago
9.	E.E.F. Valdetrudes Edite Holanda	Bom Nome
10.	E.E.I. Ester Guimarães Malveira	Rua Célio Santiago
11.	E.E.I.F. Antônio de Castro Pereira	Córrego de Areia
12.	E.E.I.F. Cesar Cals Neto	Sucupira
13.	E.E.I.F. Deputado Manoel de Castro	KM 60
14.	E.E.I.F. Francisco Jaci Luz	Bom Nome
15.	E.E.I.F. João Batista Ribeiro	Sítio Tomé
16.	E.E.I.F. João Luis Maia	Sítio Espinho
17.	E.E.I.F. Joaquim Dino Gadelha	Cabeça Preta
18.	E.E.I.F. José Alves de Moura	Arraial
19.	E.E.I.F. José Candido da Costa	Várzea do Cobra
20.	E.E.I.F. Judite Chaves Saraiva	Rua Célio Santiago
21.	E.E.I.F. Maria Idalina de Freitas	Boa Fé
22.	E.E.I.F. Prof. ^a José Afonso Ferreira Maia	Bixopá
23.	E.E.I.F. Unidade Escolar NH-4	Setor NH-4
24.	PIAMARTA	Cabeça Preta

PNAE EJA		
ORD	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO
1.	E.E.F. Pe. Joaquim de Meneses	Av. Dom Aureliano Matos



PNAE AEE		
ORD	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO
1.	APAE	Cel. Alexandrino

PNAE CRECHE		
ORD	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO
1.	Creche Criança Feliz	Ilha Sta. Terezinha
2.	E.E.I.F. Antônio de Castro Pereira	Córrego de Areia
3.	E.E.I.F. Cesar Cal's Neto	Sucupira
4.	E.E.I.F. Deputado Manoel de Castro	KM 60
5.	E.E.I.F. Ester Guimarães Malveira	Rua Célio Santiago
6.	E.E.I.F. Francisco Jaci Luz	Bom Nome
7.	E.E.I.F. João Batista Ribeiro	Tomé
8.	E.E.I.F. João Luís Maia	Espinho
9.	E.E.I.F. Joaquim Dino Gadelha	Cabeça Preta
10.	E.E.I.F. José Alves de Moura	Arraial
11.	E.E.I.F. José Candido da Costa	Várzea do Cobra
12.	E.E.I.F. José Hamilton de Oliveira	Luís Alves de Freitas
13.	E.E.I.F. Maria Aridina Vidal de Andrade	Bom Jesus
14.	E.E.I.F. Maria Idalina de Freitas	Boa Fé
15.	E.E.I.F. Prof.º José Afonso Ferreira Maia	Bixopá
16.	E.E.I.F. Unidade Escolar	Setor NH-4

PNAE PRE ESCOLA		
ORD	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO
1.	Creche Criança Feliz	Ilha Sta. Terezinha
2.	E.E.I.F. Antônio de Castro Pereira	Córrego de Areia
3.	E.E.I.F. César Cal's Neto	Sucupira

4.	E.E.I.F. Deputado Manoel de Castro	KM 60
5.	E.E.I.F. Ester Guimarães Malveira	Sede
6.	E.E.I.F. Francisco Jaci Luz	Bom Nome
7.	E.E.I.F. João Batista Ribeiro	Tomé
8.	E.E.I.F. João Luís Maia	Espinho
9.	E.E.I.F. Joaquim Dino Gadelha	Cabeça Preta
10.	E.E.I.F. José Alves de Moura	Arraial
11.	E.E.I.F. José Candido da Costa	Várzea do Cobra
12.	E.E.I.F. José Hamilton de Oliveira	Luís Alves de Freitas
13.	E.E.I.F. Judite Chaves Saraiva	Sde
14.	E.E.I.F. Maria Aridina Vidal	Bom Jesus
15.	E.E.I.F. Maria Idalina de Freitas	Boa Fé
16.	E.E.I.F. Prof.ª José Afonso Ferreira Maia	Bixopá
17.	E.E.I.F. Unidade Escolar	Setor NH-4



ANEXO II

DO TERMO DE REFERÊNCIA

ROTA DE ENTREGAS



ROTA DA ENTREGA DE MERENDA ESCOLAR 2019

ORD	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO
1.	E.E.F. Padre Joaquim de Meneses	Av. Dom Aureliano Matos
2.	E.E.I. Ester Guimarães Malveira	Rua Célio Santiago
3.	E.E.I.F. Judite Chaves Saraiva	Rua Célio Santiago
4.	APAE	Av. Cel. Alexandrino
5.	AABB	Rua José de Brito
6.	E.E.F. Evaldo Holanda Maia	Rua Padre Vicente
7.	E.E.I.F. Antônio de Castro Pereira	Córrego de Areia
8.	E.E.F. Prof. ^a Maria Elvanisa Moura	Bom Jesus II
9.	E.E.F. Ministro Allysson Paullineli	Limoeiro Alto
10.	E.E.I.F. Unidade Escolar NH-4	Setor NH-4
11.	E.E.I.F. Prof. ^o José Afonso Ferreira Maia	Bixopá
12.	E.E.I.F. João Luís Maia	Sítio Espinho
13.	E.E.F. Prof. ^a Maria Gonçalves da Rocha Leal	Rua Célio Santiago
14.	E.E.F. José Hamilton de Oliveira	Luiz Alves de Freitas
15.	E.E.I.F. José Alves de Moura	Arraial
16.	E.E.I.F. Maria Idalina de Freitas	Boa Fé
17.	E.E.I.F. Francisco Jaci Luz	Bom Nome
18.	E.E.F. Valdetrudes Edite Holanda	Bom Nome
19.	E.E.I.F. José Candido da Costa	Várzea do Cobra
20.	E.E.I.F. Joaquim Dino Gadelha	Cabeça Preta
21.	Anexo PIAMARTA	Cabeça Preta
22.	E.E.I.F. Cesar Cals Neto	Sucupira
23.	E.E.I.F. Deputado Manoel de Castro	KM 60
24.	E.E.I.F. João Batista Ribeiro	Sítio Tomé

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII, ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002

PREGÃO Nº 2019.2703-004 SEMEB



_____, CNPJ _____,
sediada _____, por intermédio de seu
representante legal, infra-assinado, para os fins do Pregão Nº PREGÃO Nº 2019.2703-
004 SEMEB -Tipo Eletrônico-SRP, DECLARA expressamente que concorda com todos os
termos estabelecidos neste Edital.

_____, _____ de _____ de 2019

Assinatura do Licitante

Nome: _____

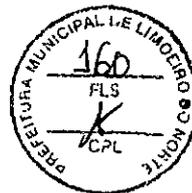
Nº Cédula de Identidade: _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Processo Licitatório: Nº 2019.2703-004 SEMEB

Pregão Eletrônico: Nº 2019.2703-004 SEMEB



(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ n.º
_____, sediada _____

(endereço completo), declara, sob as penas da lei, o total cumprimento às determinações constantes do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a seguir descritas:

“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz”.

_____ de _____ de 2019.

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

Nome e número da identidade do declarante

(representante legal da empresa)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE



_____, CNPJ _____,
sediada _____, por intermédio de seu
representante legal, infra-assinado, para os fins do Pregão Eletrônico -SRP Nº
2019.2703-004 SEMEB, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem
fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório,
estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____ de _____ de 2019.

Assinatura do Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório Nº 2019.2703-004 SEMEB

Pregão Eletrônico Nº 2019.2703-004 SEMEB

VALIDADE: 12 (doze) meses



O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.891.674/0001-72, com sede na Rua Antônio Joaquim, 2121, Centro, nesta cidade, CEP 62.930-000, neste ato representada de acordo com pela Secretária Municipal de Educação Básica (SEMEB), Senhora Maria de Fátima Holanda dos Santos Silva, brasileira, funcionária pública, CPF 914.722.373-15, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e A EMPRESA _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ doravante denominada FORNECEDORA, representado(a) neste ato por _____, portador(a) do CPF nº _____, RG nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATADA em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 2019.2703-004 SEMEB - Pregão 2019.2703-004, na modalidade Eletrônico - SRP, por deliberação do (a) Pregoeiro (a) e adjudicada pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria Nº 2.065 de 29 de novembro de, RESOLVEM registrar os preços para a aquisição dos produtos constantes nos anexos desta ata, a serem utilizados no Município, cujas propostas foram classificadas, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO:

Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a escolha da proposta mais vantajosa para o Município, de menor preço por item, tendo por finalidade a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, MERCADORIAS E GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DO DECORRENTE ANO DE 2019, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE e especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total	Marca

Fica estimado o Valor Global de R\$...... (.....).

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir os equipamentos referidos nesta ata, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas registradas.

2.3. Ocorrendo qualquer da hipótese previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será vinculada ao Anexo do Pregão nº 2019.2703-004 SEMEB - Tipo Eletrônico - Sistema de Registro de Preços, de acordo com a ordem de fornecimento.

3.2. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, autárquica ou fundacional que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e do fornecedor.

4. DO PREÇO

4.1. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preço são os constantes nos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 2019.2703-004 SEMEB Tipo Eletrônico - SRP.

4.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições do Decreto Municipal nº 039, de 02 de outubro de 2017, que institui o Registro de Preços no Município, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão 2019.2703-004 SEMEB - Tipo Eletrônico -SRP que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.3. Em cada fornecimento, o preço a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no Pregão nº 2019.2703-004 SEMEB 026/2019 - Tipo Eletrônico -SRP pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

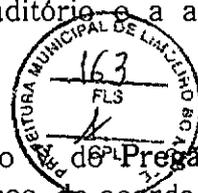
5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado após a prestação dos serviços e/ou entrega dos produtos, objeto desta licitação, em 30 (trinta) dias, a contar da apresentação e aprovação da competente Nota Fiscal, acompanhados das correspondentes requisições.

5.2. O pagamento pelos objetos da presente licitação será efetuado por depósito bancário ou transferência.

5.3. Na nota fiscal, além dos dados de praxe, também deverá constar o nº do processo, nº do pregão, NÚMERO DA CONTA, AGÊNCIA E CONTA para pagamento, as seguintes informações:

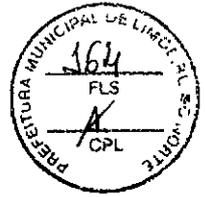
Razão Social: Prefeitura de Limoeiro do Norte/CE



Endereço: Rua Antônio Joaquim, 2121 - Bairro: Centro

Cidade: Limoeiro do Norte - CE - CEP: 62.930-000

CNPJ: 07.891.674/0001-72



6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. A Ata de Registro de Preços será formalizada no Setor de Licitações.

6.2. O detentor da presente Ata de Registro de Preços está obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.

6.3. Se a qualidade dos objetos entregues não corresponde à do material retirado, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa dos mesmos apresentados será devolvida à detentora para substituição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias independentemente da aplicação das penalidades cabíveis na Cláusula VIII Das Penalidades.

6.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante Ordem de Fornecimento da Secretaria requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício ou e-mail, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

6.5. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela Secretaria requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procederam ao recebimento.

6.6. A cópia da Ordem de Fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a Secretaria requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada de assinar a Ata, pelas empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços no presente instrumento de registro, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, ao critério da Administração.

7.2. A recusa injustificada, das detentoras desta Ata, em retirar as ordens de fornecimento, dentro do prazo de cinco dias, contados da sua emissão, poderá implicar na aplicação da multa de 100% (cem por cento) do valor do documento de empenhamento de recursos.

7.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela nota de empenho, a Administração poderá aplicar, às detentoras da presente Ata a penalidade de até 10% (dez por cento) do valor remanescente da nota de empenho, em qualquer hipótese de inexecução parcial do contrato, ou de qualquer outra irregularidade.

7.4. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados às detentoras da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.



7.5. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela detentora da ata, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes poderão acarretar ainda nas seguintes sanções:

- a) Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93;
- b) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- d) Advertência.

7.6. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração.

7.7. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Oliveira, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura de Limoeiro do Norte - CE.

7.8. O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no Município de Oliveira, em favor da CONTRATANTE, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

7.9. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Oliveira, e será descredenciado do CRC Municipal, pelo período de 05 anos se credenciado for, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas demais cominações legais.

7.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.11. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

8. DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

8.1. Considerado o prazo de validade estabelecido, da presente Ata, em atendimento às legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 01 (um) ano, contado a partir da data-limite para apresentação das propostas, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços.

8.2. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II "d" da Lei 8.666/93, o que não significa aumento do preço registrado.

8.3. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de dotação orçamentária ser fornecida pela Diretoria de Contabilidade na época da entrega dos objetos.



10. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

10.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato a ser assinado, em conformidade com a proposta e com as descrições apresentadas neste Termo de Referência.

10.2. Logo após o final desta licitação, as entregas deverão ocorrer em 05 (cinco) dias de forma parcelada, no endereço e horário constante no cronograma anexado no edital.

10.3- Os licitantes vencedores deverão entregar os produtos no depósito do Programa Municipal de Alimentação Escolar de Limoeiro do Norte/CE, situado na Rua Inácio Mendes, s/n, bairro Centro, Limoeiro do Norte/CE, CEP: 62.930-000, no horário de 07:00 as 12:00 h de segunda-feira, a sexta-feira.

10.4- Os produtos fornecidos deverão estar com amplo prazo de validade no momento da entrega.

10.5 - Para os itens de números 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 os licitantes vencedores deverão atender às seguintes exigências:

A) Constar na embalagem do produto: datas de fabricação e validade, nome/marca/peso líquido, carimbo SIF do estabelecimento do produtor, informação nutricional;

B) A embalagem deve estar íntegra, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos e sem sujidades;

C) Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;

10.6 - A programação e entrega nas datas específicas é de inteira responsabilidade dos fornecedores, assim que os mesmos estiverem de posse dos cronogramas e deverão disponibilizar recibos que constem a assinatura do recebedor nas unidades escolares.

10.7- Os fornecedores ficam com a responsabilidade de trocar os produtos fornecidos por outros de mesma categoria e adequados ao consumo quando, dentro do prazo de validade, os mesmos tornarem-se impróprios para consumo, com presença de parasitos, sujidades ou fora dos padrões exigidos neste edital.

10.8 - Os fornecedores deverão entregar os produtos no PMAE com o prazo máximo de uma semana após a datada emissão da ordem de compra, sob pena de multa.

11. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

Ficam designados os servidores abaixo para acompanhamento/ gestão e fiscalização do contrato gerado por meio deste procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1996:

Gestor: Maria de Fátima Holanda dos Santos Silva - Matrícula: 120735-0

Fiscal: Damiana Silveira Costa - Matrícula: 10128-1



12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

12.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

12.3. A detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

12.4. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

12.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

12.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

12.7. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

12.8. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

12.9. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12.10. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

12.11. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

13. OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

a) Aprovar a proposta que atenda as especificações de acordo com o exigido neste Termo de Referência;

b) Prestar as informações e esclarecimentos que se fizerem necessários entrega dos objetos;



- c) Efetuar os pagamentos à Contratada pela entrega dos objetos da presente licitação na forma estabelecida neste Termo de Referência;
- d) Dar ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na entrega dos objetos;
- e) Autorizar o faturamento mensal que poderá variar de acordo com as necessidades da Secretaria.
- f) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura da empresa vencedora do certame licitatório 30 dias após a conclusão da entrega dos objetos.
- g) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus Anexos;
- h) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- i) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- j) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/ servidor especialmente designado;
- k) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- m) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata;
- n) A fiscalização e a gestão dos contratos gerados pelo certame estão definidos conforme Termo de Designação de Gestores e Fiscais de Contrato em anexo.

13.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir fielmente, os compromissos avençados, de forma que os produtos sejam entregues com esmero e perfeição e solucionar os problemas que porventura venham surgir;
- b) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;
- c) Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante toda a entrega dos objetos desta licitação;
- d) Não suspender a entrega dos objetos sem prévio aviso ao Município, nos termos do art. 78, XV da Lei Federal 8.666/93;



- e) A entrega dos objetos será realizada somente após a emissão de Fornecimento/Serviço da Secretaria Municipal da Administração e os custos decorrentes correrão por conta da Licitante vencedora, tanto nas devoluções, bem como aqueles porventura advindos por quaisquer danos ou avarias causadas nos equipamentos.
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;
- g) Atender sempre que solicitada pela Contratante, a fim de receber e fornecer orçamentos, instruções e acertar providências, incidindo a CONTRATADA, no caso de não atendimento desta exigência, na multa estipulada neste contrato;
- h) Proceder os reparos, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Administração, processando de acordo com a necessidade técnica, de todas as partes dos equipamentos, a fim de proporcionar aos mesmos um funcionamento eficiente, seguro e econômico;
- i) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato a ser assinado, em conformidade com a proposta e com as descrições apresentadas neste Termo de Referência;
- j) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e a sua proposta, assumindo como exclusivamente seu os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- k) efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- l) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- m) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos
- n) Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- m) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- n) Informar os dados bancários para o pagamento dos objetos fornecidos, devendo a conta corrente ser no CNPJ da empresa Contratada

14. DAS SANÇÕES

14.1-Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1-inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2- ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3- fraudar na execução do contrato;

14.1.4- comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5- cometer fraude fiscal;



14.1.6- não manter a proposta.

14.2 - Comete falta grave, podendo ensejar rescisão unilateral da avenca, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com o Município, nos termos do art.7ª da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

14.2.1- Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

14.2.2- Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

14.3- A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.3.1- advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

14.3.2- multa moratória de 1%(um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;

14.3.3- em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

14.4.4 - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

14.4.5 - multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.4.6 - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.4.7 - suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

14.4.8 - impedimento de licitar e contratar com o Município, com o conseqüente descredenciamento, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

14.4.9 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida até a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

14.5 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.7.1 - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.7.2 - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.7.3 - Demohstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.8 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.9 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.10 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integra esta Ata, o edital do Pregão nº 2019.2703-004 SEMEB - Tipo Eletrônico - Registro de Preços e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

15.2. Fica eleito o foro da Comarca de Limoeiro do Norte, Estado de Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata, tendo este força de contrato entre as partes, que assinam a presente em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto Municipal nº 039/2017, de 02 de outubro de 2017, a Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Limoeiro do Norte/CE, _____ de _____ de 2019.

MARIA DE FÁTIMA HOLANDA DOS SANTOS SILVA

Secretária Municipal de Educação Básica

CONTRATADA

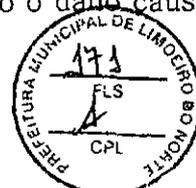
CNPJ

Testemunha: _____

CPF:

Testemunha: _____

CPF:



ANEXO VI - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.2703-004SEMEB - PREGÃO ELETRONICO

(Deverá ser apresentada em timbre próprio da empresa)

1. PROPONENTE

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

UF: CEP:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Sócio Proprietário:

CPF:

RG:



2. VALOR PROPOSTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total	Marca

VALOR DO TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____
(_____)

Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso): (no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento e transporte do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Conter o prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

As contidas na Minuta de Contrato que integra o Edital do Pregão supramencionado.

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da LICITANTE com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

_____, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Proponente

Nome:

Nº do RG:



ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.0703-004 SEMEB
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 2019.0703-004 SEMEB

CONTRATO Nº (inserir nº) QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO
DO NORTE - CE E (empresa).

O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.891.674/0001-72, com sede na Rua Antônio Joaquim, 2121, Centro, nesta cidade, CEP 62.930-000, neste ato representada de acordo com pela Secretária Municipal de Educação Básica (SEMEB), Senhora Maria de Fátima Holanda dos Santos Silva, brasileira, funcionária pública, CPF 914.722.373-15, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e A EMPRESA _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ doravante denominada FORNECEDORA, representado(a) neste ato por _____, portador(a) do CPF nº _____, RG nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATADA em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 2019.2703-004 SEMEB - Pregão 2019.2703-004, na modalidade Eletrônico, por deliberação do (a) Pregoeiro (a) e adjudicada pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria Nº 2.065 de 29 de novembro de, RESOLVEM registrar os preços para a aquisição dos produtos constantes nos anexos desta ata, a serem utilizados no Município, cujas propostas foram classificadas, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato a escolha da proposta mais vantajosa para o Município, de menor preço por item, tendo por finalidade a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, MERCADORIAS E GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DO DECORRENTE ANO DE 2019, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE e especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total	Marca

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

a) Aprovar a proposta que atenda as especificações de acordo com o exigido neste Termo de Referência;

- b) Prestar as informações e esclarecimentos que se fizerem necessários entregados objetos;
- c) Efetuar os pagamentos à Contratada pela entrega dos objetos da presente licitação na forma estabelecida neste Termo de Referência;
- d) Dar ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na entrega dos objetos;
- e) Autorizar o faturamento mensal que poderá variar de acordo com as necessidades da Secretaria.
- f) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura da empresa vencedora do certame licitatório 30 dias após a conclusão da entrega dos objetos.
- g) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus Anexos;
- h) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- i) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- j) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/ servidor especialmente designado;
- k) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- m) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata;
- n) A fiscalização e a gestão dos contratos gerados pelo certame estão definidos conforme Termo de Designação de Gestores e Fiscais de Contrato em anexo.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Cumprir fielmente, os compromissos avençados, de forma que os produtos sejam entregues com esmero e perfeição e solucionar os problemas que porventura venham surgir;
- b) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;
- c) Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante toda a entrega dos objetos desta licitação;



- d) Não suspender a entrega dos objetos sem prévio aviso ao Município, nos termos do art. 78, XV da Lei Federal 8.666/93;
- e) A entrega dos objetos será realizada somente após a emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço da Secretaria Municipal da Administração e os custos decorrentes correrão por conta da Licitante vencedora, tanto nas devoluções, bem como aqueles porventura advindos por quaisquer danos ou avarias causadas nos equipamentos.
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;
- g) Atender sempre que solicitada pela Contratante, a fim de receber e fornecer orçamentos, instruções e acertar providências, incidindo a CONTRATADA, no caso de não atendimento desta exigência, na multa estipulada no contrato;
- h) Proceder os reparos, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Administração, processando de acordo com a necessidade técnica, de todas as partes dos equipamentos, a fim de proporcionar aos mesmos um funcionamento eficiente, seguro e econômico;
- i) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato a ser assinado, em conformidade com a proposta e com as descrições apresentadas neste Termo de Referência.
- j) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e a sua proposta, assumindo como exclusivamente seu os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- k) efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- l) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- m) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos
- n) Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- m) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- n) Informar os dados bancários para o pagamento dos objetos fornecidos, devendo a conta corrente ser no CNPJ da empresa Contratada

4. CANCELAMENTO

4.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticados no mercado ou;

d) sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da lei 8666/93 ou no art. 7º da lei 10520/02.

4.1.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d, desta cláusula, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.1.2. O cancelamento do seu registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da perfeita execução contratual, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de dotação orçamentária a ser fornecida pela Diretoria de Contabilidade na época da entrega dos objetos.



6. PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O valor global do presente contrato é de R\$.....
(.....).

6.2. Os preços constantes do presente contrato são irrevogáveis, estando inclusas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto tais como: entrega, mão de obra, transportes, seguro e frete, alimentação, hospedagem, objetos, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Parágrafo único. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Prefeitura Municipal a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

6.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II "d" da Lei 8.666/93, o que não significa aumento do preço registrado

6.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

6.5. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, objeto desta licitação, em 30(trinta) dias a contar da apresentação e aprovação da competente Nota Fiscal, acompanhados das correspondentes requisições.

6.5.1. Na nota fiscal, além dos dados de praxe, também deverá constar o nº do processo e nº do pregão. Em caso de ausência de alguns desses dados, a nota fiscal será devolvida para correção.

6.6. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do contratado junto aos órgãos fazendários, a regularidade relativa à Seguridade Social, através da Certidão Negativa de Débito e a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta "online", cujos comprovantes poderão ser anexados ao processo de pagamento.

6.7. O pagamento do preço pactuado será efetuado conforme as requisições realizadas, devendo a Contratada emitir as respectivas faturas que serão devidamente comprovadas e atestadas pela Secretaria Municipal de Educação Básica.

6.8. Em caso de devolução da nota fiscal para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.9. O pagamento será efetuado por depósito bancário ou transferência mediante apresentação de nota fiscal.

7. VIGÊNCIA

7.1. Este contrato terá vigência de 12 meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme Artigo 57 da Lei 8.666.



8. DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido na ocorrência dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93 e pelo contratante, na defesa do interesse público, sem que deste ato resulte indenização de qualquer natureza.

8.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata.

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora do menor preço não aceitar sua redução;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente motivado e justificado pela Administração;

8.1.7. Sempre que ficar constatado que a detentora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

OBSERVAÇÃO: a comunicação de rescisão do preço registrado, nos casos previstos no item anterior, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento à Detentora. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado dez dias corridos após a publicação.

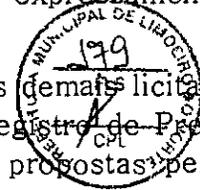
8.2. Pela CONTRATADA, quando:

8.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, sem prejuízos das sanções cabíveis;

8.2.2. A solicitação da CONTRATADA para rescisão do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula 10, caso não aceitas as razões do pedido;

8.2.3. A rescisão ou suspensão do fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV (por fato da contratante), da Lei nº 8.666/93 deverá ser notificada expressamente a contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

8.3. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, para assumirem o fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços, desde que concordem com o fornecimento nas mesmas condições propostas pela(s) detentora(s), inclusive quanto ao preço.



9. DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO DO OBJETO DA ATA E EMISSÃO DA RESPECTIVA NOTA DE EMPENHO

9.1. Os objetos da Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela Secretária Municipal de Administração a qual pertencer a unidade requisitante ou por quem ela delegar competência para fazê-lo, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata se encontra compatível com o de mercado.

9.2. A emissão da Nota de Empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a elaboração de contratos, quando couber, serão, igualmente, autorizados pela Secretária Municipal de Administração ou por quem ela delegar tal competência.

10. SANÇÕES

10.1-Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1- inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2- ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3- fraudar na execução do contrato;

10.1.4- comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5- cometer fraude fiscal;

10.1.6- não mantiver a proposta.

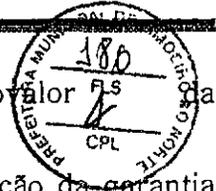
10.2 -Comete falta grave, podendo ensejar rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com o Município, nos termos do art.7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

10.2.1- Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

10.2.2- Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

10.3-A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.3.1- advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;



10.3.2- multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificados sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;

10.3.3- em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

10.3.4 - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

10.3.5 - multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3.6 - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.3.7 - suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.3.8 - impedimento de licitar e contratar com o Município, com o consequente descredenciamento, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

10.3.9 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida até a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

10.4 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.4.1 - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2 - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3 - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema.

11. DOPRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA



11.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato a ser assinado, em conformidade com a proposta e com as descrições apresentadas neste Termo de Referência.

11.2. Logo após do final desta licitação, as entregas deverão ocorrer em 05 (cinco) dias de forma parcelada, no endereço e horário constante no cronograma anexado no edital.

11.3. Os licitantes vencedores deverão entregar os produtos no depósito do Programa Municipal de Alimentação Escolar de Limoeiro do Norte/CE, situado na Rua Inácio Mendes, s/n, bairro Centro, Limoeiro do Norte/CE, CEP: 62.930-000, no horário de 07:00 as 12:00 h de segunda-feira, a sexta-feira.

11.4. Os produtos fornecidos deverão estar com amplo prazo de validade no momento da entrega.

11.5 - Para os itens de números 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 e os licitantes vencedores deverão atender às seguintes exigências:

A) Constar na embalagem do produto: datas de fabricação e validade, nome/marca/peso líquido, carimbo SIF do estabelecimento do produtor, informação nutricional;

B) A embalagem deve estar íntegra, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos e sem sujidades;

C) Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;

11.6-A programação e entrega nas datas específicas é de inteira responsabilidade dos fornecedores, assim que os mesmos estiverem de posse dos cronogramas e deverão disponibilizar recibos que constem a assinatura do recebedor nas unidades escolares.

11.7-Os fornecedores ficam com a responsabilidade de trocar os produtos fornecidos por outros de mesma categoria e adequados ao consumo quando, dentro do prazo de validade, os mesmos tornarem-se impróprios para consumo, com presença de parasitos, sujidades ou fora dos padrões exigidos neste edital.

11.8-Os fornecedores deverão entregar os produtos no Depósito da Merenda Escolar do município de Limoeiro do Norte/CE, com o prazo máximo de uma semana após a data da emissão da ordem de compra, sob pena de multa.

12. DA NOVAÇÃO

12.1. Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

Ficam designados os servidores abaixo para acompanhamento/ gestão e fiscalização do contrato gerado por meio deste procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1996:

Gestor: Maria de Fátima Holanda dos Santos Silva - Matrícula: 120735-0

Fiscal: Damiana Silveira Costa - Matrícula: 10128-1

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

15. DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Limoeiro do Norte - Ceara, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Limoeiro do Norte/CE, _____ de _____ de 2019.

MARIA DE FÁTIMA HOLANDA DOS SANTOS SILVA,
Secretária Municipal de Educação Básica

